

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

celebrada entre

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

como Emissora;

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas;

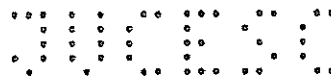
e

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

como Interveniente Anuente

DATADA DE

03 DE SETEMBRO DE 2015



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como emissora,

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede no Município de Florianópolis, Santa Catarina, na Avenida Itamarati, nº 160, Bairro Itacorubi, Blocos A1, B1, B2, CEP 88034-900, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob nº 08.336.783/0001-90, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("CELESC-D" ou "Emissora");

De outro lado, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"), OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas no 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Oliveira Trust" ou "Agente Fiduciário");

E, como interveniente anuente, CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM sob o nº 00246-1, com sede no Município de Florianópolis, Santa Catarina, na Avenida Itamarati, nº 160, Bairro Itacorubi, CEP 88034-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.878.892/0001-55, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CELESC" ou "Garantidora"),

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte",

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar a presente "Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CELESC Distribuição S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

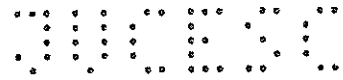
1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação da Reunião do Conselho de Administração da CELESC-D, realizada em 12 de agosto de 2015 ("RCA da Emissora"), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão, da Oferta (conforme definido abaixo), bem como os seus termos e condições definidos, *inter alia*, na Escritura de Emissão; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da Emissora, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A Fiança (conforme definido abaixo) de que trata o item (4.13) é prestada pela CELESC com base na aprovação societária deliberada na Reunião de Conselho de Administração, realizada em 16 de julho de 2015 ("RCA").

CLÁUSULA II DOS REQUISITOS

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 476", respectivamente).



2.1.2. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a CVM.

2.1.3. A Oferta será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º e 2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado o cumprimento da obrigação de registro na ANBIMA à expedição de diretrizes específicas e comunicação ao mercado por referido órgão.

2.2. Registros na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC e Publicações das Atas da RCA da Emissora e da RCA

2.2.1. A ata da RCA da Emissora será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (“JUCESC”), nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e publicada (i) no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (“DOESC”) e (ii) no jornal Diário Catarinense, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA será devidamente arquivada na JUCESC, bem como publicada no (i) DOESC e (ii) nos jornais Valor Econômico e no Diário Catarinense.

2.3. Registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos, pela Emissora, na JUCESC, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Sem prejuízo do disposto no item (6.5), alínea (e) desta Escritura de Emissão, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCESC, deverão ser enviados ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados das respectivas datas de registro. Para fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia de segunda a sexta-feira, exceto sábado, domingo e feriado declarado nacional.

2.3.3. Sem prejuízo da caracterização da hipótese de vencimento antecipado prevista na alínea “iii” do item (4.14) desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído, de forma irrevogável e irretirável, de todos os poderes necessários a promover os registros desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, observado que a Emissora, caso não os faça, deverá ressarcir o Agente Fiduciário de todos os custos e despesas incorridos.

2.4. Registro da Fiança

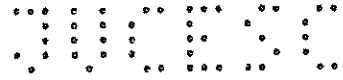
2.4.1. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em virtude da fiança avençada no item (4.13) abaixo, a Emissora deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias contado da data de assinatura da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento, obter o registro da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e de eventual aditamento em até 2 (dois) dias após o respectivo registro.

2.5. Depósito Eletrônico para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.5.2. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Módulo Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada por meio da CETIP e as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme Instrução CVM 476.

2.5.3. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários depois de



decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Até 30 de setembro de 2015, somente Investidores Qualificados poderão subscrever ou adquirir as Debêntures e a partir de 1º de outubro de 2015, somente Investidores Profissionais poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 15 da Instrução CVM 476, condicionado ainda ao cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social: (i) executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado de Santa Catarina; (ii) realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos, com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; (iii) planejar, projetar, construir e explorar sistemas de transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como serviços correlatos; (iv) operar os sistemas diretamente, através de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; (v) cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, e; (vi) desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de distribuição e comercialização de energia elétrica, e infra-estrutura de serviços públicos. A Emissora poderá, ainda, explorar outras atividades afins e correlatas, que sejam complementares ou que possam interessar, direta ou indiretamente aos objetivos sociais. A Emissora poderá participar de empreendimentos de entidades públicas ou particulares, bem como com estas celebrar convênios, ajustes ou contratos de colaboração ou assistência técnica, e novos negócios que visem à elaboração de estudos, à execução de planos e programas de desenvolvimento econômico e a implantação de atividades que se relacionem com os serviços pertinentes aos seus objetivos, inclusive mediante remuneração.

3.2. Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em série única.

3.3. Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Principal").

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 3.000 (três mil) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

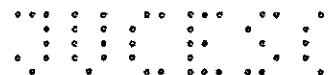
Os recursos captados pela Emissora com a Oferta serão utilizados no curso regular de seus negócios.

3.6. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Agente Liquidante e Escriturador

O agente liquidante da Emissão e o escriturador é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Liquidante" e "Escriturador"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente Liquidante e/ou o Escriturador. O Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, dentre outras responsabilidades definidas em normas da CETIP.



3.8. Colocação, Procedimento de Distribuição das Debêntures

Seção I – Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição, observadas, cumulativamente, as Condições Suspensivas de Desembolso (conforme abaixo definido), para o montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com intermediação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.987.793/0001-33 ("Coordenador Líder"), conforme os termos e condições do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da CELESC Distribuição S.A.", celebrado em 03 de setembro de 2015 entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.8.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, considerando-se que as obrigações de subscrição e integralização das Debêntures pelo Coordenador Líder e pelos Debenturistas encontram-se sujeitas ao aperfeiçoamento das Condições Suspensivas de Desembolso e aos termos e condições do Contrato de Distribuição.

3.8.2.1. O Coordenador Líder fica expressamente autorizado, pela Emissora, a organizar plano de distribuição que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, do líder e do ofertante, de sorte que o Coordenador Líder deverá assegurar que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo, a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes e que sejam cumpridas as demais disposições aplicáveis nos termos da legislação em vigor.

3.8.2.2. Até 30 de setembro de 2015, o Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (definidos a seguir), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados. A partir de 1º de outubro de 2015, o Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (definidos a seguir), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.8.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os investidores assinarão declaração atestando, entre outras, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, conforme descrito no item (2.4.3) acima.

3.8.4. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.8.5. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados "Investidores Qualificados" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição. Adicionalmente, serão considerados "Investidores Profissionais", investidores definidos na Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.

3.8.6. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.8.7. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais



investidores neste período.

3.8.8. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476 e do disposto nos itens (3.8.2.1) e (3.8.2.2). A totalidade das Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas por um único Investidor Qualificado ou, se for o caso, Investidor Profissional.

3.8.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

3.8.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Seção II – Das Debêntures

3.8.11. Observados os termos e condições do Contrato de Distribuição e os procedimentos da CETIP, as Debêntures serão subscritas e integralizadas durante o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contado do início da Oferta, na forma do artigo 7-A da Instrução CVM 476 ("Período de Distribuição"), em uma única tranche pelo Preço de Subscrição (conforme abaixo definido).

3.8.12. Observado o disposto no Contrato de Distribuição, as Debêntures serão subscritas e integralizadas, durante o Período de Distribuição, observado o artigo 8º da Instrução CVM 476, em data que vier a ser mutuamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder e desde que todas as Condições Suspensivas de Desembolso tenham sido cumulativamente cumpridas, em forma e substância satisfatória ao Coordenador Líder e aos Debenturistas, conforme o caso.

3.8.13. Caso, por qualquer motivo, a Emissora deixe de solicitar a subscrição e integralização das Debêntures ou não se verifique o atendimento, cumulativo, das Condições Suspensivas de Desembolso em forma e substância satisfatória ao Coordenador Líder e aos investidores, conforme o caso, o Coordenador Líder e os investidores ficarão automaticamente liberados e desobrigados de todas e quaisquer obrigações por eles assumidas no que tange à subscrição e integralização das Debêntures, e, com relação ao Coordenador Líder, no que tange às suas obrigações nos termos do Contrato de Distribuição, não cabendo, contra o Coordenador Líder e/ou qualquer Debenturista, em tal hipótese, nenhum direito ou pretensão indenizatória e/ou de ressarcimento de nenhum custo, honorários advocatícios, perda, prejuízo ou dano material ou emergente ou lucro cessante.

Seção III – Das Condições Suspensivas de Desembolso

3.9. O cumprimento, pelo Coordenador Líder e/ou pelos investidores, conforme o caso, da sua obrigação de subscrever e integralizar as Debêntures, é condicionada à satisfação, cumulativa, a exclusivo critério do Coordenador Líder, na data de subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Desembolso"), das seguintes condições suspensivas (cada uma, uma "Condição Suspensiva de Desembolso"):

- a) negociação, preparação, celebração e formalização, inclusive em face de terceiros, de toda a documentação necessária à Emissão, incluindo sem limitação os demais documentos vinculados à Oferta, incluindo seus respectivos anexos, em forma e substância aceitáveis ao Coordenador Líder e ao Assessor Legal (conforme abaixo definido);
- b) todos os documentos, declarações e autorizações necessários à emissão das Debêntures e à realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) as autorizações legais e societárias da Emissora e/ou, conforme o caso, de suas controladoras e/ou Controladas, (ii) o Parecer da Procuradoria da Emissora versando sobre a legalidade da contratação direta de operações financeiras, (iii) a Fiança (conforme abaixo definido) e os demais documentos relativos à operação, deverão ter sido obtidos, concluídos, formalizados e/ou registrados, conforme o caso, e deverão estar em forma e substância satisfatórias ao Coordenador Líder, ao Agente Fiduciário, e ao Assessor Legal, bem como deverão ser existentes, válidos e eficazes em cada Data de Desembolso;
- c) devida constituição da Fiança (conforme abaixo definido);

- d) não ocorrência de um evento de rescisão involuntária ou de um evento que possa dar causa à rescisão involuntária do Contrato de Distribuição, de acordo com seus termos e condições;
- e) não ocorrência de (i) um evento que, após o decurso de prazo, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado ou (ii) um Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na presente Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à operação;
- f) cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas na presente Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à operação em cada Data de Desembolso;
- g) fornecimento, pela Emissora, em tempo hábil, ao Coordenador Líder e ao Assessor Legal, de todas as informações corretas, completas e necessárias para atender aos requisitos da Emissão. Qualquer alteração ou incongruência verificada nas informações fornecidas deverá ser analisada pelo Coordenador Líder, visando decidir, a seu exclusivo critério, sobre a continuidade do negócio da Emissão;
- h) fornecimento, em tempo hábil, de todos os documentos e informações requeridos pela CETIP, por ocasião da distribuição e negociação das Debêntures, assim como após obtenção do registro para negociação no ambiente desta entidade, em atendimento às regras estabelecidas pela respectiva entidade;
- i) obtenção e manutenção do depósito das Debêntures para distribuição através do MDA e negociação no mercado secundário através do CETIP 21;
- j) manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes que dão à Emissora e a suas Controladas condição fundamental de funcionamento;
- k) verificação de que todas e quaisquer obrigações assumidas pela Emissora e por suas Controladas, perante o Coordenador Líder e suas respectivas Controladas, advindas de quaisquer contratos, termos ou compromissos, estejam devida e pontualmente adimplidas;
- l) aprovações pelas áreas internas do Coordenador Líder responsáveis pela análise e aprovação da Emissão, incluindo mas não se limitando a crédito, jurídico, contabilidade, risco e *compliance*, além de regras internas da organização;
- m) existência de liberdade, pelo Coordenador Líder, para divulgação da Emissão através de qualquer meio, nos limites da legislação em vigor;
- n) contratação e remuneração de todos os prestadores de serviços necessários para a boa estruturação e execução da Emissão, nos termos aqui apresentados, inclusive do Assessor Legal;
- o) conclusão do levantamento de informações e do processo de análise detalhada (*due diligence*) da Emissora e, conforme o caso, de suas Controladas e/ou controladoras, em termos satisfatórios, a exclusivo critério do Coordenador Líder e do Assessor Legal, conforme padrão usualmente utilizado pelo mercado de capitais em operações deste tipo;
- p) recebimento, pelo Coordenador Líder, em até 1 (um) Dia Útil antes da Data de Desembolso, (i) de opinião legal, datada da data de início da oferta de distribuição das Debêntures e endereçada ao Coordenador Líder, do escritório Motta, Fernandes Rocha – Advogados, na qualidade de consultor legal da Emissão (“Assessor Legal”); e (ii) de Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria da Emissora, em forma e substância satisfatórias ao Coordenador Líder;
- q) não ocorrência de alteração adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora, a critério do Coordenador Líder;
- r) que, na Data de Desembolso, todas as declarações feitas pela Emissora e constantes na presente Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição sejam verdadeiras e corretas;

f

CELESC

- s) que os documentos apresentados pela CELESC-D, pela CELESC ou suas Controladas não contenham impropriedades que possam prejudicar a regularidade da Emissão e/ou o que está estabelecido nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na Fiança (conforme abaixo definido);
- t) adimplência, pela Emissora, no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, no Contrato de Distribuição, na Fiança (conforme abaixo definido) e seus respectivos anexos;
- u) recolhimento, pela Emissora, de quaisquer taxas ou tributos incidentes sobre o registro da Emissão;
- v) rigoroso cumprimento pela Emissora da legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e
- w) não ocorrência de comunicação, por parte de autoridade competente, sobre a não renovação do Contrato de Concessão.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é o dia 10 de setembro de 2015 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário da Debênture é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma e Conversibilidade

4.3.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures

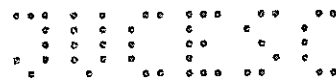
4.4.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Escriturador, por meio de extrato da conta de depósito a ser por ele emitido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem depositadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória.

4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.



4.7. Prazo e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures têm prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 10 de setembro de 2016 (“Data de Vencimento”), observados os termos e condições previstos no item (4.9) abaixo.

4.8. Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Emissão, equivalentes a 100% (cem por cento) das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - Certificados de Depósito Interfinanceiro – DI de um dia apuradas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ou em qualquer outro site ou publicação que venha a substituí-lo, expressas na forma percentual e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Taxa DI”), capitalizada exponencialmente, acrescida de sobretaxa (*spread*) de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis por ano (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

J Valor da Remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread});$$

Onde:

FatorDI Produtório das Taxas DI, da data de início do período de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

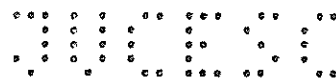
Onde:

n Número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

k Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(1 + \frac{DI_k}{100}\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$



Onde:

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left(1 + \frac{Spread}{100}\right)^{\frac{DP}{252}}$$

Onde:

Spread 2,5000 (dois inteiros e cinquenta centésimos); e

DP Número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

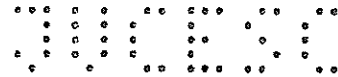
4.8.2. O pagamento da Remuneração será feito mensalmente, sempre no dia 10 (dez) de cada mês calendário, sendo o primeiro pagamento em 10 de outubro de 2015 e o último na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado ou Vencimento Antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso) (individualmente, uma "Data de Pagamento da Remuneração" e, em conjunto, as "Datas de Pagamento da Remuneração").

4.8.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina (exclusive) na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão ("Período de Capitalização").

4.8.3.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.4. Em caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será

t



aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, ou, ainda, se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) Dias Úteis, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

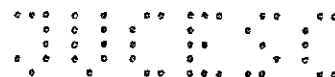
4.8.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, deverá ser utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido. Caso não haja definição de parâmetro legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contado (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação vigente aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do FatorDI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.8.5.1. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (4.8.5) acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas será realizada e deverá estabelecer que a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item (4.8.5.1), a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação da Taxa DI.

4.8.6. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (4.8.5), não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas, observado o *quorum* estabelecido na Cláusula VII abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias contado a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo respectivo Valor de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido). Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, em cronograma e percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser estipulado pela mesma, o qual não excederá o prazo médio de amortização original das Debêntures e nem a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os Debenturistas em cada data de amortização. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item (4.8.2) acima, sendo certo que o cronograma de amortização deverá coincidir com as Datas de Pagamento da Remuneração, observado que as Debêntures farão jus à nova remuneração proposta pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item (4.8.5) acima. Referida nova remuneração deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a nova remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis por ano, essa remuneração deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis por ano.

4.8.7. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento, conforme previsto nesta Escritura de Emissão.



4.9. Amortização do Principal

4.9.1. Os valores devidos a título de Principal deverão ser amortizados e pagos integralmente pela Emissora em uma única parcela na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso).

4.10. Aquisição Facultativa e Resgate Antecipado Facultativo

4.10.1. É vedado à Emissora adquirir Debêntures.

4.10.2. As Debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo total ou parcial.

4.11. Resgate Antecipado Obrigatório Total

4.11.1. A Emissora deverá resgatar antecipada e integralmente a totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório Total") em até 3 (três) Dias Úteis contados da aquisição de direitos creditórios de titularidade da Emissora, por fundo de investimento em direitos creditórios, constituído nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, cujas cotas seniores serão objeto de distribuição pelo Coordenador Líder.

4.11.2. Neste caso, o valor de resgate antecipado de cada Debênture será equivalente ao somatório dos seguintes fatores: (i) saldo do Valor Nominal Unitário na data de pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório Total; e (ii) Remuneração e demais encargos devidos e não pagos (mas excluindo aqueles já vencidos e pagos), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento do resgate antecipado, com cálculo efetuado pelo Agente Fiduciário.

4.11.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Obrigatório Total serão canceladas pela Emissora.

4.11.4. O procedimento de Resgate Antecipado Obrigatório Total deverá seguir os procedimentos definidos pela CETIP. Para tal, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão comunicar a CETIP com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total.

4.11.5. A Emissora não poderá realizar a amortização extraordinária das Debêntures.

4.12. Multa e Juros Moratórios

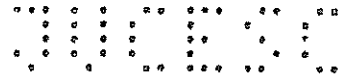
4.12.1. Sem prejuízo da Remuneração devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração e/ou do resgate do Valor Nominal Unitário, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

4.13. Garantia Fidejussória

4.13.1. A Garantidora aceita a presente Escritura de Emissão, e se obriga, neste ato, na qualidade de fiadora e principal pagadora, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 822, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e responsabiliza-se solidariamente com a Emissora pelo fiel, pontual e integral pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura de Emissão, representativas de 100% (cem por cento) de toda a dívida da Emissora representada pelas Debêntures e devida nos termos desta Escritura de Emissão ("Fiança").

4.13.2. O valor garantido será pago pela Garantidora no prazo de até 3 (três) dias a contar do recebimento de notificação encaminhada, por escrito, pelo Agente Fiduciário à Garantidora. Referida notificação apenas será emitida pelo Agente Fiduciário (i) após a ausência de pagamento, pela Emissora, de qualquer valor devido nas respectivas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura; ou (ii) quando da declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures, e será realizado fora do âmbito da CETIP.

h



4.13.3.A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, com a Fiança objeto deste item (4.13). Na hipótese de sub-rogação aqui prevista, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura de Emissão com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

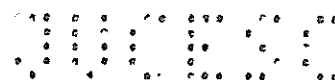
4.13.4.A Garantidora concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela desembolsado nos termos da Fiança depois de terem os Debenturistas recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.13.5.Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor da Garantidora.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1.Observado o disposto nos itens (4.14.2) a (4.14.7) abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, do somatório do saldo do Valor Nominal Unitário na data de pagamento e da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos (mas excluindo aqueles já vencidos e pagos), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento do resgate ("Vencimento Antecipado"), na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (cada um deles, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- (i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas em qualquer aspectos relevante quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela Garantidora no âmbito da Emissão;
- (ii) não pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão;
- (iii) descumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da ocorrência ou do recebimento de comunicação escrita do referido descumprimento, enviada: (a) pela Emissora e/ou pela Garantidora ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora e/ou à Garantidora, o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo de cura previsto nesta alínea não se aplica às obrigações não pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura de Emissão;
- (iv) não apresentação de balanços anuais auditados por empresa regularmente registrada na CVM até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício anterior;
- (v) inadimplemento de quaisquer dívidas ou obrigações pecuniárias da Emissora e/ou da Garantidora, de suas respectivas controladoras e/ou de suas Controladas;
- (vi) protesto de títulos contra a Emissora, contra a Garantidora e/ou contra suas Controladas, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que: (a) o protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) forem prestadas, pela Emissora ou pela Garantidora e/ou por suas Controladas, conforme o caso, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- (vii) existência de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora ou da Garantidora que resultem ou possam resultar em obrigação de pagamento para a Emissora ou para a Garantidora, conforme o caso, em valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para as quais não tenha feito provisão de pagamento, conforme aplicável;
- (viii) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de oferta, pela Emissora e/ou pela Garantidora a seus acionistas, sem prévia



anuência dos Debenturistas, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, e o pagamento de dividendos prioritários, fixos ou mínimos, a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora façam jus;

- (ix) pagamento, pela Emissora, de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório legal, ou juros sobre capital próprio acima de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado;
- (x) caso a relação “Dívida Líquida/EBITDA”, contemplando os números da Emissora, da Garantidora e suas controladas, apurados anualmente a partir do exercício de 2015 (inclusive) e expressos nos relatórios de auditoria, seja superior a 2 (duas) vezes. Para os fins ora disposto: (a) “Dívida Líquida” significa o somatório do saldo contábil consolidado de empréstimos bancários, financiamentos bancários, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos relativos às operações anteriormente referidas, notas promissórias, títulos de dívida emitidos pela Emissora no mercado nacional e internacional de curto e longo prazo, subtraído dos valores contabilizados como caixa e equivalentes de caixa e outras aplicações financeiras; (b) “EBITDA” significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional e da equivalência patrimonial;
- (xi) (a) decretação de falência da Emissora, da Garantidora e/ou de suas Controladas; (b) pedido de autofalência pela Emissora, pela Garantidora e/ou por suas Controladas; (c) pedido de falência da Emissora, da Garantidora e/ou de suas Controladas formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, da Garantidora e/ou de suas Controladas, ou eventos análogos, tais como, intervenção ou liquidação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, da Garantidora e/ou de suas Controladas;
- (xii) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar, confiscar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente os ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora ou da Garantidora;
- (xiii) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, da Garantidora e/ou de suas Controladas, que modifique substancialmente as atividades por elas praticadas na mesma data, e que venha afetar a capacidade financeira da Emissora ou da Garantidora, conforme o caso, sem o prévio consentimento dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xiv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Garantidora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (xv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive ambientais, da Emissora ou da Garantidora;
- (xvi) cisão, fusão, incorporação, inclusive de ações, ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, a Garantidora e/ou suas Controladas, exceto: (a) se não ocorrer modificação do controle efetivo, direto ou indireto, da Emissora e da Garantidora; e (b) se tais reorganizações societárias envolverem participações minoritárias da Emissora ou da Garantidora em capital social de sociedades de propósito específico do setor de energia;
- (xvii) declaração de nulidade da Fiança prestada pela Garantidora, sem que haja uma substituição por outra garantia aprovada pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xviii) ocorrência de alteração do Controle, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, e no regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, direto ou indireto, da Emissora, da Garantidora e/ou de suas Controladas;

11

- (xix) destinação dos recursos decorrentes da Emissão para finalidade diversa daquela prevista nesta Escritura de Emissão;
- (xx) autuações por órgãos governamentais, de natureza fiscal, social, ambiental ou de defesa da concorrência, que: (a) resultem ou possam resultar em obrigação de pagamento para a Emissora e/ou para a Garantidora em valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); ou (b) possam, caso não sejam atribuído um valor, ter ou resultar, a exclusivo critério dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas para este fim, em um efeito material adverso nos negócios da Emissora e/ou da Garantidora ou na capacidade da Emissora e/ou da Garantidora de cumprir suas obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (xxi) transformação do tipo societário da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxii) constituição de ônus, gravames, restrições ou garantia real sobre qualquer dos ativos da Emissora, de valor individual ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sem o prévio consentimento dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xxiii) alienação de ativos operacionais, que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora e/ou da Garantidora superior a 20% (vinte por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para: (a) investimentos na atividade produtiva da Emissora; (b) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade; ou (c) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis. O limite acima estabelecido será apurado levando-se em conta o ativo da Emissora e/ou da Garantidora no exercício social anterior à alienação;
- (xxiv) alteração adversa do estado econômico-financeiro da Emissora ou da Garantidora, a critério dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas para este fim;
- (xxv) descumprimento das obrigações a que a Emissora encontra-se sujeita, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se a Emissora incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- (xxvi) descumprimento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações definidas no Contrato de Distribuição, observados eventuais prazos de cura específicos definidos no referido instrumento, conforme informado, por escrito, pelo Coordenador Líder ao Agente Fiduciário;
- (xxvii) caso seja proposta medida judicial ou extrajudicial que a critério dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, afete ou possa afetar a habilidade da Garantidora e/ou da Emissora de pagarem as suas obrigações oriundas desta Escritura de Emissão ou prejudicar ou suspender a eficácia ou o exercício pleno dos direitos do Agente Fiduciário oriundos desta Escritura de Emissão;
- (xxviii) descumprimento, pela Emissora, por suas Afiliadas e/ou por qualquer outra pessoa ou entidade que seja integrante do seu grupo econômico, a qualquer tempo, de qualquer termo ou obrigação estabelecidos no Contrato de Distribuição e/ou em qualquer contrato ou acordo celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder, quaisquer de suas Afiliadas e/ou qualquer pessoa ou entidade que seja integrante do seu grupo econômico, ou, ainda, qualquer fundo administrado e/ou gerido por sociedade integrante do grupo econômico do Coordenador Líder;
- (xxix) ocorrência de comunicação, por parte de autoridade competente, sobre a não prorrogação ou renovação do Contrato de Concessão; ou
- (xxx) caso a Emissora e/ou a Garantidora venham a questionar a existência, validade e/ou eficácia de quaisquer dos termos e condições desta Escritura ou do Contrato de Distribuição, por qualquer meio ou instância, judicial ou extrajudicial, incluindo por medidas liminares.

4.14.1.1. Para os fins do item (4.14.1), “Controle” tem o significado previsto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, “Controladas” tem o significado previsto no artigo 243, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações e “Afiladas” significa, em conjunto, as sociedades coligadas, controladoras e controladas, conforme previsto no Capítulo XX da Lei das Sociedades por Ações.

4.14.2. Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas:

- (i) A data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (ii), (viii), (xii), (xiv), (xv), (xvii), (xix), (xx) e (xxi) do item (4.14.1) acima (“Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática”), será considerada a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, mesmo que a comunicação escrita, prevista no item (4.14.6) abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o Vencimento Antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- (ii) ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item (4.14.1) acima (“Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD”), será considerada a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (4.14.3) abaixo na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data da ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.4. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item (4.14.3) acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.5. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas convocada nos termos do item (4.14.3) acima, Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação deliberarem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, não haverá Vencimento Antecipado das Debêntures.

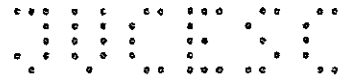
4.14.6. O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, em qualquer das hipóteses descritas no item (4.14.2), nos termos da Cláusula IX abaixo, o Vencimento Antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado, conforme o caso, (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o Vencimento Antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD.

4.14.7. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do valor previsto no item (4.14.1) acima e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no item (4.14.6) acima, e nos termos da Cláusula IX abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item (4.12) acima.

4.14.7.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item (4.14.7) acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.15.1. O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou dos encargos moratórios e/ou de qualquer acréscimo



relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam depositadas eletronicamente na CETIP, e em atendimento aos seus procedimentos, ou por meio do Escriturador das Debêntures para os titulares de Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

4.18.1. Todos os atos e decisões relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no (i) DOESC e (ii) jornal Diário Catarinense, utilizado pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações; e (iii) no jornal Valor Econômico.

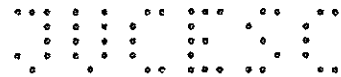
4.19. Imunidade dos Debenturistas

4.19.1. Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente Liquidante e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

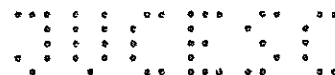
CLÁUSULA V DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) (A) dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, ou data anterior, caso tais informações sejam disponibilizadas na página da Emissora na rede mundial de computadores; e (B) declaração assinada por diretor da Emissora atestando que a Emissora está em dia com as obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, inclusive com relação às Controladas;
 - (ii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
 - (iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item (4.18 acima);
 - (iv) tempestivamente, os documentos necessários à verificação do atendimento das Condições Suspensivas de Desembolso;



- (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") ou, na inexistência de prazo previsto na regulamentação, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contado da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem divulgados;
 - (vi) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário; e
 - (vii) dentro do prazo de até 15 (quinze) dias contado da data de assinatura desta Escritura de Emissão, cópia das informações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (b) submeter, na forma da Lei, suas contas e balanços anuais a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - (c) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures;
 - (d) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - (e) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
 - (f) convocar, nos termos da Cláusula VII abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (g) informar o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após sua ciência sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item (4.14 acima, bem como qualquer outro evento que possa trazer prejuízo aos Debenturistas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
 - (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (j) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial que afete, de forma relevante e adversa, a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a data em que a Emissora tomar conhecimento do trânsito em julgado do respectivo processo;
 - (k) manter as condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias nos negócios da Emissora, devendo notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração relevante ou sobre quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o pontual cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte;
 - (l) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
 - (m) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;



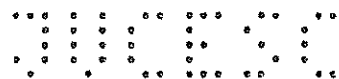
- (n) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- (o) respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, e não incentivar a prostituição, tampouco utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou que de qualquer forma infringe direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente;
- (p) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (q) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta;
- (r) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, o Agente Liquidante, Escriturador, o Agente Fiduciário, a CETIP ou qualquer outro prestador de serviço de sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- (s) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (t) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (u) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição, no que for aplicável;
- (v) notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (w) cumprir todas as obrigações dispostas no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão;
- (x) incluir em suas demonstrações financeiras disposição expressa dando ciência das Debêntures e de seus termos e condições, em especial da existência desta Escritura de Emissão; e
- (y) encaminhar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou evento equivalente apresentado por terceiros contra si.

5.2. As despesas a que se referem as alíneas do item (5.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (c) extração de certidões;
- (d) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;

t

Q



- (e) despesas de viagem, compreendendo alimentação, transporte e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que qualquer despesa em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverá ser, sempre que possível, previamente aprovado pela Emissora; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, sempre que possível, previamente aprovados pela Emissora.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

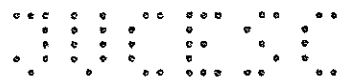
- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea "c" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas, pelo Agente Fiduciário, pela CVM, ANBIMA e/ou pela CETIP.

CLÁUSULA VI DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;



- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (j) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições do respectivo Estatuto Social.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, até a liquidação integral das Debêntures, será devido pelo Coordenador Líder ao Agente Fiduciário remuneração correspondente a parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas de aniversário subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.

6.4.1. A remuneração prevista acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, serão devidos ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) verificação de *covenants* não financeiros, (iii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagos 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” ao Coordenador Líder. Entende-se por reestruturação das condições das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das condições das Debêntures.

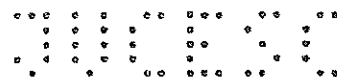
6.4.3. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, ressalvados aqueles já previamente previstos nesta Escritura de Emissão, serão cobrados, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

6.4.4. As parcelas referidas nos itens acima serão atualizadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”) ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário.

6.4.5. Além disso, as parcelas previstas nos itens acima serão acrescidas dos tributos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e quaisquer outros tributos que venham a incidir na remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração.

6.4.6. Os serviços do Agente Fiduciário previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e Lei das Sociedades por Ações.

6.4.7. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Coordenador Líder,



após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Coordenador Líder, despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pelo Coordenador Líder.

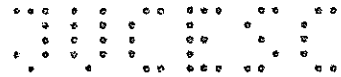
6.4.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, previstas nos itens (6.4.2), (6.4.3) e (6.4.7) acima, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelo Coordenador Líder e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

6.4.9. No caso de alteração nas características da Emissão ou em eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, fica facultada ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.4.10. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos na JUCESC e nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3



(três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item (4.18 acima;

- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma do grupo societário da Emissora, contendo inclusive, os controladores, as Controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes de bloco de controle, bem como todos os dados financeiros e atos societários, necessários à realização do relatório acima, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (vii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das Debêntures;
 - (viii) pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (ix) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
 - (x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
 - (xi) realizar todo e qualquer ato ou procedimento solicitado pelo Agente Fiduciário relacionado à Escritura de Emissão; e
 - (xii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, Controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP;
 - (iv) na CVM; e

- (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações legais, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Liquidante e Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Agente Liquidante e Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contado da data da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, em observância aos prazos exigidos por cada qual;
- (q) acompanhar com o Agente Liquidante e Escriturador, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora em relação às Debêntures, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (s) verificar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures feito pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site: www.oliveiratrust.com.br.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item (4.14 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão, incluindo executar as garantias associadas às Debêntures;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), (c) e (d) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na

de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5.1. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas.

7.6. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.7. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvados *quora* específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão tomadas, em primeira convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, por Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.7.1. Sem prejuízo do disposto no item (7.7) acima, somente os Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, poderão aprovar alterações propostas pela Emissora sobre as seguintes matérias:

- (a) qualquer alteração no prazo de vigência, na Remuneração e/ou na Data de Vencimento das Debêntures;
- (b) nos critérios e procedimentos para cálculo e pagamento da Remuneração e/ou nas Datas de Pagamento da Remuneração;
- (c) na espécie das Debêntures;
- (d) desta Cláusula VII e seus procedimentos e *quora*;
- (e) nos *quora* de deliberação, ordinários ou qualificados, das Assembleias Gerais de Debenturistas; e/ou
- (f) qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previstos no item (4.14) acima.

7.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

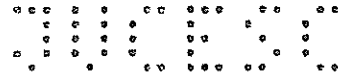
7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora e a Garantidora neste ato declaram, na Data de Emissão e na data de subscrição e integralização das Debêntures, que:

- (a) são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de companhia fechada e de companhia aberta, respectivamente, de acordo com as leis brasileiras;



penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição.

8.2. Para fins desta Cláusula, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, ou alteração ou efeito sobre a Emissora e/ou sobre a Garantidora, considerados em conjunto, que, a critério fundamentado e de boa fé dos Debenturistas, modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e/ou da Garantidora, de modo a afetar a capacidade da Emissora e/ou da Garantidora de cumprir com suas obrigações decorrentes dos documentos da Oferta, da Emissão e/ou da Oferta.

CLÁUSULA IX DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
Avenida Itamarati, nº 160, Bairro Itacorubi
83034-900 – Florianópolis, SC
At.: Sr. José Carlos Oneda
Tel.: (48) 3231-6011
Fax: (48) 3231-6019
E-mail: onedaj@celesc.com.br

Para a Garantidora:

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
Avenida Itamarati, nº 160, Bairro Itacorubi
83034-900 – Florianópolis, SC
At.: Sr. José Carlos Oneda
Tel.: (48) 3231-6011
Fax: (48) 3231-6019
E-mail: onedaj@celesc.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca
22640-100 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Antonio Amaro / Maria Carolina Vieira Abrantes
Tel.: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
E-mail: agente@oliveiratruf.com.br / ger2.agente@oliveiratruf.com.br

Para o Escriturador:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca
22640-100 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Henrique Noronha e Sr. Higor Barbosa
Tel.: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
E-mail: sqescrituracao@oliveiratruf.com.br

Para o Agente Liquidante:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca

22640-100 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Robson Fernandes e Sr. Luis Braga
Tel.: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
E-mail: sqcustodia@oliveiratrust.com.br

Para o Coordenador Líder:
BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700, 10º andar
04542-000 – São Paulo, SP
At.: Departamento Jurídico
Tel.: (11) 3701-8050
Fax: (11) 3701-6911
E-mail: list.csbg-legal@credit-suisse.com

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima ou das pessoas responsáveis pelo recebimento das comunicações deverá ser comunicada à outra Parte pela parte que tiver seu endereço alterado ou a pessoa responsável pelo recebimento das comunicações, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item (9.3) acima serão arcados pela Parte inadimplente.

CLÁUSULA X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

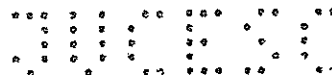
10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores, salvo na hipótese de não atendimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.



10.6. Sem prejuízo do disposto na Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura de Emissão, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

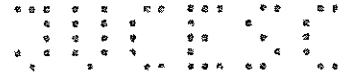
CLÁUSULA XI DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

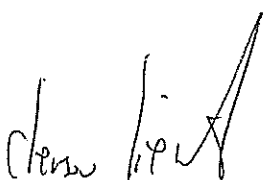
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

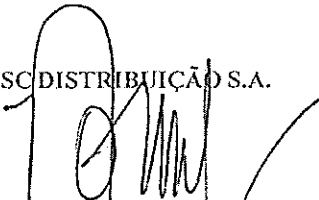
São Paulo, 03 de setembro de 2015.

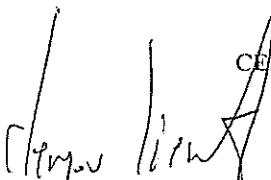
[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]




Página de assinaturas da Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CELESC Distribuição S.A. (1/3)


Nome: **Cleverton Siewert**
Cargo: **Diretor Presidente**

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

Nome: **José Carlos Oneda**
Cargo: **Diretor de Finanças e
Relações com Investidores**


Nome: **Cleverton Siewert**
Cargo: **Diretor Presidente**

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

Nome: **José Carlos Oneda**
Cargo: **Diretor de Finanças e
Relações com Investidores**

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

CELESC

Página de assinaturas da Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CELESC Distribuição S.A. (2/3)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:
Cargo:

Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador

Nome:
Cargo:

Leonardo Caires P. Moreira
Procurador

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

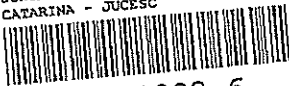


ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL

0 0 2 0 2 2 0 0 0 2 0 2
 2 2 2 2 2 2
 2 2 2 2 2 2
 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC



15/181292-6